

A RELIGIÃO AFRICANA E O PRECONCEITO NA ESCOLA

Evandro Luiz Soares Bonfim (UNIFESP/UNIESP)¹

Alexsandro de Jesus Nascimento (UNIESP)²

Resumo

O preconceito referente às religiões de matriz africana, bem como à sua história que, por sua vez, se agrega à própria história do Brasil, ainda é persistente em nossa sociedade, refletindo sua maior característica – a intolerância – no meio em que não pode haver preconceito: a educação. O professor encontra resistência dos alunos que são de outros segmentos religiosos, para o estudo científico da cultura africana, pois esbarra sempre nos fundamentalismos religiosos. Não se pretende aqui exaltar esta ou aquela religião, mas sim apontar estratégias para a desconstrução do preconceito ligado às religiões de matriz africana, nos espaços educacionais.

Palavras-chave: Religião africana. Preconceito. Escola. Racismo. Educação.

Abstract

The prejudice regarding religions of African origin, as well as their history, which in turn is added to the history of Brazil, is still persistent in our society, reflecting its greater characteristic - intolerance - in the environment in which one cannot to have prejudice: education. The professor finds resistance from his students from other religious segments, for the scientific study of African culture, because it always comes up against religious fundamentalisms. It is not intended here, to exalt this or that religion, but to point out strategies for the deconstruction of prejudice linked to the religions of African matrix, in the educational spaces.

Keywords: African religion. Preconception. School. Racism. Education.

Introdução

Por meio de pesquisa bibliográfica, este ensaio tem por objetivo abordar a questão

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia na União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP - Faculdade de Jandira).

² Mestre em Educação em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson (UNAR). Especialista em Educação Profissional Integrada a EJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Especialista em Formação de Educadores para Educação a Distância na Universidade Paulista (UNIP). Pós-graduado em Libras pelo Centro de Habilitação, Filosofia e Cultura (CHAFIC). É docente e coordenador na União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP - Faculdade de Jandira).

do preconceito com relação às religiões de matriz africana, buscando-se autores que tragam argumentos para a realidade da crença e do respeito étnico, colaborando na interpretação dos conceitos subjetivos, enfrentados nas escolas, referentes também ao racismo, suas ações e consequências, o que fundamenta a relevância desta pesquisa.

A Lei 11.645/08 em seu artigo 1º diz que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Seguindo a linha de pensamento da referida lei, ressalta-se a importância do estudo da raiz histórica da população brasileira, que se construiu também com o povo negro africano (BRASIL, 2008).

1 O preconceito religioso e o espaço educacional

Mesmo por meio do entendimento de que o Brasil é um estado laico, a sociedade ainda vivencia forte resistência quanto às questões religiosas que remetem à cultura africana e, com isso, tolhe as vertentes históricas das quais essas religiões fazem parte. Várias tentativas de mudanças têm sido abordadas em situações surgidas em sala de aula, mostrando como e quando ocorre a discriminação no espaço escolar; contudo, diante da dificuldade dos profissionais da educação em lidar com esses enfrentamentos de relutância por parte do corpo escolar, permanece a não representatividade da observância dessas questões históricas, pois “a luta pelo direito às diferenças sempre esteve presente na história da humanidade” (GOMES, 2003, p. 73).

Mesmo com as mudanças providas da era globalizada e das tecnologias, cada vez mais avançadas, como a internet, por exemplo, as manifestações de discriminação ainda existem em vários espaços virtuais ou reais. No meio escolar/educacional, os professores enfrentam dificuldade para agir frente às formas de preconceito e da não aceitação da diversidade/diferença. Portanto, nesse contexto, sob o claustro do preconceito, utilizando-se nuances educacionais da temática de *resolução não violenta de conflitos*, conforme sugere Aguerrea (2017).

Essa ferramenta, inserido pelo professor, no espaço escolar apresenta mais argumentos na abordagem desses temas, como a origem da intolerância em suas diversas vertentes, para conseguir alcançar o aspecto principal que é a cultura negra, em todas as

suas nuances, perpassando pelo contexto social, que por sua vez abarcará a religião, a economia e a raça em si e sua interculturalidade em nossa realidade.

Sampaio (2009, p. 2) explica que:

A perspectiva intercultural rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais e concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente, cada cultura tem suas raízes, mas essas raízes são históricas e dinâmicas. Não fixam as pessoas em determinado padrão cultural.

2 O papel do professor

Não obstante as dificuldades detectadas pelo professor, ele deverá procurar recursos e estratégias para um bom desenvolvimento de seu trabalho e objetivos pedagógicos, mesmo que para isso faça uma adaptação em sua didática de ensino, juntamente com uma mudança em sua metodologia e, se necessário, uma flexibilização no currículo com temas transversais e até mesmo com a inter e multidisciplinaridade.

Não com surpresa, os docentes se deparam com a questão étnico-religiosa, isto é, não se pode abordar o assunto acerca da cultura de um povo, sem considerar, do mesmo modo, sua religião. A questão da religiosidade é controversa e em uma sociedade cuja maior parte da população é cristã, abordar religiões diferentes tem se tornado difícil, especialmente quando a mídia apresenta, em seu noticiário, casos como o apedrejamento de alunos adeptos de religião de matriz africana, bem como o afastamento de professores que, por sua vez, também professam essa fé (DOURADOS, 2016).

É preciso, então, estimular o respeito e a prática da convivência na diversidade, já que toda religião é iminentemente social, todas nascidas no seio de grupos sociais que, embora distintos, têm o intuito de suscitar, refazer ou manter certos estados mentais desse grupo (SAMPAIO, 2009). Tanto no paradigma do estímulo-resposta de Pavlov, quanto na linha cartesiana de pensamento, entende-se que o ser em desenvolvimento deve estar à margem de quaisquer prejuízos ao seu aprendizado, seja escolar, social e/ou cultural e, menos ainda, de seu aprendizado histórico-social, pois, de outra feita, sentir-se-á marginalizado ao contexto de sua realidade, já que os mecanismos que irão compor seu desenvolvimento intelectual sofrerão danos de informações, sendo iconizados, por razões implantadas por outros de outras vivências, dicotomizando seu entendimento e conceito de suas origens.

Um exemplo disso, por experiência pessoal³, é uma casa de candomblé que oferecia aulas de língua Bantu – com sua gramática – aos seus seguidores, bem como aulas de artesanato, trabalho em argila, entalhe em madeira e cordas, essas usando a técnica do macramê. Outras casas fazem um trabalho com crianças que, quando chegam da escola, para não ficar na rua, aprendem música (percussão) e ainda realizam trabalho de reforço escolar sem que seja feita, pelos professores, nenhuma distinção acerca de sua religiosidade.

Diante de relatos e comentários, muitos omitem seu credo e sua orientação religiosa, parte de sua identidade, por medo de sofrer represálias, ofensas e discriminação por seu credo, que alcançam, por vezes, a agressão física. Na escola, quando uma criança chega com um pano na cabeça (torso) e trajando vestes brancas, torna-se motivo de chacota, ocasião em que se percebe que não há o respeito pela religião, por sua particularidade diversa da maioria, e isso independe da aceitação de outros, mas do respeito ao ser humano que, nesse momento, torna-se o alvo negativo por sua diversidade.

O desenvolvimento da personalidade humana ocorre em várias fases em que o indivíduo aprende a fazer e a retratar o seu eu, tendo o seu corpo como o seu significado, originando suas concepções de afetividade e intelectualidade que formam sua identidade de acordo com suas condições socioculturais e do seu meio [...] Todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade. (SANTOS JUNIOR, 2010, p. 5-9)

Diante desse pensamento, deve-se compreender que, para a criança que adere à religião de matriz africana, seu contexto de fé é o mesmo que para uma criança católica e/ou evangélica e que seus cultos são tão sagrados quanto qualquer outro, de qualquer denominação religiosa.

A tradição religiosa afro-brasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres que contribuíram de forma significativa para a diversidade do país em que vivemos. A sabedoria e os valores das religiões de matriz africana é um expressivo elemento da cultura brasileira, que foi mantido por gerações. (HIGINO, 2011, p. 14)

Fazemos parte de uma população que, em sua raiz, assume a face culturalmente afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra ou branca, adepta dessas religiões, não constitui em mero gesto de bondade, mas a preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros, que trazemos não apenas a cor negra, mas toda uma cultura africana. Se insistirmos em desconhecê-las, ou fingirmos não

³ Experiência vivida por um dos autores deste ensaio.

as observá-las, não as assumimos e nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. “Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são e tentam ser, imitando o que não são” (SILVA, 1996, p. 175).

O educador deverá, antes de qualquer prática, fazer a sondagem de seus alunos preservando as particularidades culturais e étnicas; assim, o professor poderá conhecer a história de cada um.

A visão legal na realidade e prosperidade de compreensão, é que nossa prática contribua para a compreensão dos fundamentos, para o desenvolvimento da capacidade de aprender, destacando a interação em ações que alcancem os objetivos do ensino-aprendizagem. (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 4)

Considerações finais

Conclui-se que é de suma importância que o professor aborde, em sala de aula e também fora dela, aspectos da cultura africana e indígena, fazendo um trabalho de conscientização para a relevância e a grandeza desse legado, constituinte de nossa identidade brasileira. Assim, é preciso analisar cada cultura, sem posicionamento individual quanto a credo, raça ou etnia, uma vez que, não se está discutindo a religião em si, ou uma raça/etnia, mas sociedades que existiram e que ainda existem, com toda sua complexidade e riqueza de relações. Mais do que isso, é necessário que se cultive o respeito pelo outro, em sua diversidade e diferença.

Referências

AGUERREA, Carlos. **Resolução não violenta de conflitos na escola**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/50854643/Resolucao-nao-violenta-de-conflitos-na-escola>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília: Casa civil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DOURADOS. Pesquisa mostra que intolerância religiosa nas escolas é problema grave.

Dourados agora, 2016. Disponível em:

<<http://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/pesquisa-mostra-que-intolerancia-religiosa-nas-escolas-brasileiras>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N. (Coord.). **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

HIGINO, Mônica Estela Neves. **As relações da criança candomblecista no espaço social da escola**. Monografia. Universidade do Estado da Bahia, 2011.

SAMPAIO, Giselda. **Intolerância religiosa nos espaços escolares**. Monografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS JÚNIOR, Fernando Gomes dos. **A pedagogia e o lúdico na educação infantil**. Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/54637402/O-Ludico-e-a-Pedagogia>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SILVA, Petronília Beatriz Gonçalves e. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.

Recebido em: 30/06/2017

Aceito em: 10/07/2017